

ATA N.º 5/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021:

Aos dezassete dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e um, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, e por videoconferência, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU) e Raúl Pereira Lino (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e Secretário da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU) e Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação da ata da sessão anterior.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público, por videoconferência (através de marcação prévia, com 48 horas de antecedência, para 262 780 100 (Ext. 304) ou marina.viola@cm-peniche.pt).

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a alteração do Plano Diretor Municipal de Peniche, por adaptação dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) - Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos (POASD);

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a alteração do Plano Diretor Municipal de Peniche, por adaptação dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) - Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas (PORNB);

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para

o ano de 2021;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2021;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio à Freguesia da Serra d' El-Rei para cedência de uma máquina Retroescavadora – New Holland LB 110;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia, para construção de armazém e instalações de apoio;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Ferrel, para requalificação do estaleiro;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Processo de Delimitação Administrativa (PDA) – Freguesias de Ferrel e de Atouguia da Baleia;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalhas de Honra do Município.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dezassete minutos, encontrando-se na sala dezoito dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Raúl Pereira Lino compareceram no decurso da sessão, durante a aprovação das atas anteriores, Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS) e Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) compareceram no decurso da sessão, durante a apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação protesto ou pesar, e Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS) compareceu no decurso da sessão, durante o período de intervenção do público, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

O senhor Raúl Pereira Lino encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Pedro Manuel Tavares Varão (CDU) encontravam-se a substituir os senhores Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD) e José António Bombas Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), António Bernardino Aires Ferrão (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD), Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão a Vice-Presidente da Câmara, senhora Ana Rita Trindade Petinga, (GCEPP), em substituição do senhor Presidente da Câmara, em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e David Jorge Martins Brás (CDU), este último em substituição da senhora Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes.

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

Ademar Marques (PSD):

Perguntou se, em cumprimento da deliberação tomada na última sessão, a Assembleia Municipal estava a ser transmitida no Facebook.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Informou que houveram tentativas, mas não houve condições para que a transmissão decorresse no Facebook, no entanto, será transmitida pelos meios habituais.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não havia dificuldade nenhuma, bastava partilhar o link na página do Facebook. Adiantou que a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, as deliberações da Assembleia Municipal são para cumprir e não há nenhuma dificuldade para se cumprir, quem administra a página partilha o link.

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Esclareceu que a deliberação tomada pela Assembleia Municipal não é válida, porque não estava incluída no período da ordem do dia, e o Regimento da Assembleia Municipal teria de ser alterado, tal e qual como foi alterado para a Câmara Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Denunciou o que lhe parecia ser um desrespeito à Assembleia Municipal antes do início dos trabalhos. Referiu que a deliberação da Assembleia Municipal é para cumprir e o senhor Presidente da Assembleia Municipal tem a autoridade para o fazer, se não querem que seja válida teriam que contestar no Tribunal, até lá, a Assembleia Municipal é soberana. Lamentou o facto de o senhor Presidente da Câmara Municipal não estar presente para responder. Disse que a Assembleia Municipal é o órgão máximo deliberativo, pelo que pretendia que o senhor Presidente da Assembleia Municipal diligenciasse que a deliberação tomada, por unanimidade, fosse cumprida.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que neste momento não seria possível cumpri-la. Deu conta que falou com o senhor Presidente da Câmara, há uma semana, sobre este assunto e a Assembleia Municipal continua a ser transmitida pelos meios habituais.

Ademar Marques (PSD):

Referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal é uma autoridade municipal, haverá, com certeza, alguém nesta sala que administra a página do Facebook, essa pessoa com a ordem do senhor Presidente da Assembleia Municipal terá de colocar esta sessão a transmitir no Facebook, porque foi para isso que foi eleito Presidente da Assembleia Municipal, para fazer cumprir as suas deliberações. Relembrou que esta deliberação foi tomada por unanimidade pela Assembleia Municipal, este é o órgão máximo deliberativo do concelho. Acrescentou que a ausência do senhor Presidente da Câmara, hoje, era uma falta de respeito, o não cumprimento, por sua ordem, de uma deliberação da Assembleia Municipal, na última sessão do mandato, numa ata que será

aprovada de seguida, é o desrespeito máximo por este órgão. Solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que desse indicação à pessoa que administra a página do Facebook do Município para fazer a transmissão desta Assembleia Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relativamente ao tema, disse que a questão colocada pelo senhor Deputado Ademar Marques fazia todo o sentido. Chamou à atenção que não era a Assembleia Municipal que dependia da Câmara Municipal era precisamente o contrário, portanto, qualquer deliberação da Assembleia Municipal é para ser cumprida e se não for, quem não cumpre teria de explicar porquê, teria que fundamentar a decisão. Sobre a questão em apreço tem uma opinião ligeiramente diferente, porque o mais importante na comunicação não é a página do Facebook, que é uma ferramenta complementar, é a página do Município, ou seja, o importante é estar em direto sem haver interrupções sistemática como tem havido nas últimas sessões.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, mesmo sendo complementar, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, concordaria que a deliberação da Assembleia Municipal teria de ser cumprida.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Solicitou à senhora Vice-Presidente da Câmara que pedisse ao Técnico do Município que tratasse da transmissão através do Facebook.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.º 2 e 3/2021, respeitante à primeira e segunda reunião da sessão ordinária do mês de abril, realizadas nos dias 21 e 28 de maio de 2021, respetivamente, e a ata n.º 4/2021, respeitante à sessão ordinária de junho, realizada no dia 17 de junho de 2021, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 2/2021 – Aprovada, por unanimidade, com catorze votos a favor.

Ata n.º 3/2021 – Aprovada, por unanimidade, com doze votos a favor.

Ata n.º 4/2021 – Aprovada, por unanimidade, com dezasseis votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente recebido e que foi enviado para os líderes de Bancada.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Apresentou um voto de pesar pelo senhor Rogério Manuel Dias Cação, colega autarca, vereador na Câmara Municipal de Peniche, que vestia a camisola da Coligação Democrática Unitária com muita honra, Presidente da Cercipeniche, Vice-Presidente da Fenarcerci e para todos era um exemplo como homem, como pai, como cidadão, daí ter tido a oportunidade de ter recebido, da parte do senhor Presidente da República, a Ordem de Comendador, o reconhecimento público pelos serviços que prestou ao país. Propôs que todos os membros da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, Comunicação Social e funcionários fizessem um minuto de silêncio pelo amigo Rogério Cação.

Ademar Marques (PSD):

Sobre o Comendador Rogério Cação, disse que, hoje, todos sentiram a sua falta no início da Assembleia Municipal a distribuir, como ninguém, os seus cumprimentos, o seu bom humor e o seu afeto, de facto, nada como este vazio para mostrar a falta que ele fazia, que faz e que irá fazer na nossa terra. Indicou que, na sua opinião, Peniche irá sentir falta do senhor Rogério Cação durante muito tempo, porque não é fácil preencher o vazio que ele deixou, quer na Área Cultural quer na Área Social, um vazio de um grande humanista que a nossa terra teve a sorte de ter. Adiantou que, pessoalmente, teve algumas divergências cordiais, mas teve, também, o privilégio de privar e de tratá-lo como amigo e, portanto, sente-se a falta dele como comunidade e, na sua opinião, ficou patente nas cerimónias fúnebres que não se estavam, apenas, a despedirem-se de uma grande personalidade local, estavam a despedir-se de uma pessoa que teve um impacto a nível Nacional. Deixou uma palavra muito amiga à senhora Deputada da Assembleia Municipal de Peniche, Inês Cação, pela perda do seu pai, pelo que, naturalmente, ele próprio e o Partido Social Democrata se uniam neste sentimento de grande perda e a um minuto de silêncio proposta pela Bancada da Coligação Democrática Unitária.

Ângelo Marques (PS):

Disse que, obviamente, se associava ao voto de pesar.

Referiu que perderam um homem bom, de inegáveis méritos, méritos esses reconhecidos pelos nossos munícipes, mas também, de âmbito nacional, reconhecidos por todos.

Inês Lourenço (GCEPP):

A Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche associou-se também às palavras já proferidas. Deixou uma palavra de solidariedade a toda a família e amigas do senhor Vereador Rogério Cação por quem tinham muita estima.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Dando continuidade ao que foi dito, referiu que conheceu o senhor Rogério Cação na escola, ele foi dos seus melhores alunos e foi um marco na Escola Secundária de Peniche, pois foi um, de três alunos, o melhor aluno do Quadro de Honra na altura.

A Assembleia Municipal de Peniche e todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio em memória do senhor Rogério Manuel Dias Cação.

Ângelo Marques (PS):

Propôs um voto de pesar pelo falecimento do senhor Belmiro Ribeiro, uma pessoa que serviu o Município de Peniche enquanto autarca e enquanto Vereador.

Ademar Marques (PSD):

Associou-se ao voto de pesar apresentado pelo senhor Deputado Ângelo Marques.

Sugeriu que a Assembleia Municipal felicitasse o atleta Kevin Santos pela sua classificação para a final do Campeonato do Mundo K1 200 metros.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Associou-se ao voto de pesar proposto pelo senhor Deputado Ângelo Marques, porque conheceu o percurso do senhor Belmiro Ribeiro na autarquia e não tinha qualquer dificuldade em enaltecer o seu trabalho enquanto Vereador. Deixou uma palavra de apreço por aquilo que fez, aliás, na sua opinião, isto deveria ser timbre para todos os que estão no trabalho autárquico, porque é uma intervenção pública e todos sabem que muitas vezes isto é feita com determinados constrangimentos.

Propôs que a Assembleia Municipal de Peniche fizesse um voto de pesar pelo falecimento do senhor Presidente da República, Jorge Sampaio. Disse que conheceu o senhor Presidente Jorge Sampaio em dois momentos muito importantes do seu percurso político, quando foi eleito pela primeira vez Vice-Presidente da Associação Nacional de Freguesias. Conheceu um cidadão maravilhoso e muito frontal. Deixou ao Partido Socialista um voto de pesar, de cumprimentos e solidariedade, mas acima de tudo evocar um Presidente da República que teve decisões que não foram pacíficas, nomeadamente a dissolução do Parlamento, mas a política é mesmo assim, mas, independentemente disso, deixou um registo ao democrata que, no momento tão complexo para a vida portuguesa, teve coragem, também, de fazer uma coligação em Lisboa com o Partido Comunista Português e com outras forças políticas que foi um sucesso.

Ademar Marques (PSD):

Disse que o Partido Social Democrata estava inteiramente de acordo com esta proposta. Referiu que se deveria elaborar um texto que possa ser remetido à família do senhor Presidente Jorge Sampaio mencionando a sua vinda a Peniche, em 2004/2005. Acrescentou que mesmo discordando de uma parte das suas decisões, não invalidava que o senhor Presidente Jorge Sampaio tivesse sido o mais alto Magistrado da Nação, eleito por duas vezes pela maioria do povo e, portanto, é devido que este Órgão preste homenagem a um antigo Presidente da República.

Ângelo Marques (PS):

Associou-se, em nome do Partido Socialista, ao voto de louvor ao Kevin Santos, mas sobretudo ao voto de pesar endereçado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia

da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, ao senhor Presidente Jorge Sampaio. Disse que o Partido Socialista tinha intenção de enviar este voto de pesar e sabia que o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal também o iria fazer, portanto, concordava com tudo o que foi dito e estava de acordo que fosse redigido um texto consensual entre todos para endereçar à família do ex-Presidente Jorge Sampaio.

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche se associava a todos os votos e concordavam em endereçar o voto de pesar à família do senhor Presidente Jorge Sampaio, uma figura que marcou a nossa história e a construção da democracia.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Informou que o documento enviado pelo senhor João Avelar foi distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.

JOÃO AVELAR:

Fez a intervenção que se transcreve:

«Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Sou, como conhece, um cidadão aqui nascido há 85 anos, sou proprietário de um edifício que contem nove garagens, cujo acesso se tem processado através do moribundo Largo do Pocinho, dei, o que pude, de mim, nesta instituição ao longo de quinze anos e durante todo o tempo do malfadado PREC.

Estou aqui para vos dar conhecimento do que está a acontecer no já citado largo, uma vez que, quando estive na última sessão pública da Câmara Municipal, onde procurei ter resposta a um requerimento que, ligado ao assunto, dirigi ao senhor Presidente da Câmara há dois meses e meio e, até hoje, não a obtive, constatando que ninguém, incluindo a Senhora Vice-Presidente, que conduziu os trabalhos, estava ciente do que se estava a passar no então Largo do Pocinho, hoje transformado na, por mim denominada, travessa comunal com dois metros e meio de largura, nem, tão pouco, da existência do requerimento e, dado que alguém, que a ausência do Presidente da Câmara não permitiu esgotar a hipótese de se conhecer, autorizou uma obra, pelo visto, clandestina.

O que sei é que, a afronta, constitui uma apropriação de mais de 50% de um local, que sempre foi público e onde existiu uma fonte pública que deu o nome ao largo, e que agora está usurpado por um único, recente morador, em evidente prejuízo de alguns dos restantes.

Ora o meu requerimento tinha em vista, no pressuposto de que o processo de autorização tinha cumprido aquilo que é exigido aos outros cidadãos, tentar garantir que o acesso à minha propriedade não seja constantemente bloqueado, como está já a acontecer, mas, pasme-se, os factos dizem que alguém terá decidido como se de uma propriedade deixada pelo avô, se tratasse.

Não há estudo do impacto ambiental, também irei apurar se a subdelegação de saúde, a existir ainda em Peniche, deu parecer favorável à instalação de uma piscina pública naquelas condições, mas o munícipe privilegiado está isento de tudo, até, na ausência de um qualquer projeto, os Serviços Municipalizados, têm estado à sua disposição para que, ao senhor munícipe, nada falte.

Esta minha presença, Senhor Presidente, tem o objetivo de me certificar se, também este órgão municipal, não tem qualquer conhecimento deste acontecimento, enquanto devo transmitir a esta Assembleia que, perante o facto de a edilidade haver feito desaparecer o Largo do Pocinho, pessoalmente, deixei de ter o compromisso, que cumpro há cinquenta anos, de preservar uma parcela de terreno que se destinava ao possível alargamento do dito largo, compromisso que me foi deixado pela palavra honrada de meu pai, do qual, a partir de hoje, me sinto desobrigado.

E, Senhor Presidente, gostaria de aproveitar a minha estada entre vós, como órgão político que é, e pedindo a sua benevolência para um munícipe, que, como anteriormente referi, por aqui andou quinze anos, mas que continua atento e interessado em tudo o que possa acontecer para bem da minha terra, para deixar algumas palavras ao conjunto dos elementos desta Assembleia.

Sendo, como disse, esta Assembleia um órgão político, entendo que todos os representantes dos respetivos partidos políticos colocarão em lugar cimeiro o interesse geral, da nossa cidade, que não o interesse de alguns, o uso da independência que vos é exigível e que procurei sempre seguir até ao ponto de um presidente de câmara, do partido por que fui eleito, me haver feito, mais do que uma vez, a observação de que não sabia de que lado, eu, estava.

Vou, por isso, transmitir-vos o que penso, sem a intenção de acusar ou atribuir, neste momento, a causa desse pensamento a quem quer que seja.

Trata-se, de deixar expresso o que observo e é objeto de conversas entre elementos cuja opinião deveria ser considerada por vós, porque a história vai deixar os vossos nomes ligados aos períodos menos felizes desta evolução da nossa terra, seja qual for o sentido da análise.

Algo está errado e com urgente necessidade de reforma porque, a sensação muito generalizada, é a de que estamos a regredir na importância da nossa economia e em aspetos de urbanidade, para além de peso no conceito comparativo com os concelhos vizinhos.

Da nossa terra já partiram entidades e serviços aqui sediados ou com representação condigna, exatamente, porque perdemos importância que justificasse a sua estadia, tenhamos cuidado não vá algum dia perder-se, por efeito de alguma alteração à divisão territorial, a própria Câmara Municipal, a Atouguia já foi sede deste concelho e perdeu-a quando o nosso desenvolvimento o justificou.

Não devo, nem quero ir além disto, embora disponível para discussão com qualquer um de vós, nem me considero com idade e, até capacidade, para mediar a tal reforma de que o nosso concelho é carente, mas estou disponível para colaborar em qualquer movimento de carácter geral, que tenha por objetivo o que acabo de referir.

Agradeço a atenção de todos e aguardo o favor da vossa resposta, Senhor Presidente.

Muito obrigado.»

Deixou ao Senhor Presidente uma cópia do referido requerimento.

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Referindo-se ao requerimento entregue na Câmara Municipal, informou que, em relação à cedência de terreno público, com cerca de 35 m², não existe qualquer deliberação da Câmara Municipal para aquisição do mesmo, no entanto, se o senhor João Avelar tiver em sua posse a negociação ocorrida há alguns anos deveria fazê-la chegar por escrito.

Relativamente à segunda parte do requerimento, a construção de um campo para a prática de paddle para usufruto da população naquele espaço, sugeriu que aquando de

um orçamento participativo pudesse fazê-lo, uma vez que neste momento não é uma hipótese.

Quanto ao pedido de autorização para vedar uma área para um estaleiro, deu conta que a Fiscalização Municipal elaborou uma informação que fará chegar aos senhores Vereadores.

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu a presença do senhor João Avelar na Assembleia Municipal e o interesse que vem demonstrando ao longo de toda a sua vida pela nossa terra.

Em relação a este assunto, indicou que, em tempos, o senhor João Avelar falou-lhe deste assunto e, na altura, os dois deslocaram-se ao local, e sabe, também, que os senhores Vereadores do Partido Social Democrata questionaram sobre este assunto na reunião de Câmara, foram ao local e ficaram bastante atónitos pela forma como o encontraram. Solicitou que pudesse ser encaminhada toda a informação sobre este assunto e perguntou se há incumprimento da legalidade e da propriedade e se tem de ter intervenção por parte da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que ficava bem à Câmara Municipal justificar a ausência do senhor Presidente da Câmara a esta sessão, porque também se encontra em campanha eleitoral, mas está presente, portanto, na sua opinião, não é democrático as pessoas faltarem às reuniões, até porque um Presidente de Câmara é pago, e bem, para estar nestas sessões. Expressou que tem muito respeito pela Vice-Presidente da Câmara, até porque já teve na mesma posição, e só não se ausentava da sessão por isso mesmo.

Relativamente às questões do senhor João Avelar, disse que este era um dos problemas que a Assembleia Municipal tem, porque não é um órgão executivo, é um órgão deliberativo, não têm acesso aos documentos como têm os senhores Vereadores da Câmara, de qualquer das formas, existindo um problema de legalidade, solicitou à senhora Vice-Presidente da Câmara que, quando enviasse a informação aos membros da Câmara Municipal, fizesse o encaminhamento para o senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que os membros da Assembleia Municipal estejam em igualdade de circunstâncias na avaliação do processo, no sentido de perceberem o que é ilegal, o que está mal e o que poderá ser corrigido, inclusivamente o que poderia ser anulado, em termos do que lá existe.

Ângelo Marques (PS):

Disse que o senhor Presidente da Câmara deveria estar presente, hoje, para responder ao senhor João Avelar.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Deu conta que esteve presente na reunião em que o senhor João Avelar fez a sua exposição, visitou o local e aguardava que o executivo da Câmara Municipal lhe disponibilizasse os documentos, porque há coisas que não entende, no entanto, algumas delas poderiam estar corretas, o senhor João Avelar reclama situações que desconhece, pelo que teriam que aguardar.

FRANCISCO MENDES:

Disse que era morador na Quinta das Palmeiras, nos Casais do Baleal, onde existe um problema que colocava em causa a sua segurança e a dos restantes moradores. Referiu que se tratava de um terreno, em frente à sua habitação, da Praceta do Sol, Lote 28, nos Casais do Baleal, que desconhece se seria público ou privado. No caso de ser público, perguntou por que razão o terreno não foi limpo antes da época florestal começar e se existia algum plano em apreciação para o terreno em causa. Se for privado, qual a razão de não ter sido limpo, porque cabe à Câmara Municipal, enquanto órgão fiscalizador, verificar os terrenos da área da sua competência e identificar e notificar o proprietário, no sentido de o mesmo limpar o espaço, a questão é que nada foi feito, o terreno parece uma selva e está com algum receio que possa ocorrer um incêndio.

Alertou que na mesma praceta, existem umas tampas, que pensam ser de telecomunicações, que são em cimento e estão danificadas na via pública. Caso haja um acidente, perguntou que assumirá a responsabilidade e, também, se a Câmara Municipal tinha conhecimento destas questões.

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Agradeceu a exposição feita pelo senhor Francisco Mendes.

Lamentou não ter respostas concretas, mas quando o senhor se inscreveu para intervir indicou que o local era na Quinta das Palmeiras.

Disse que não estava, no momento, em condições de responder se o terreno era público ou privado. Em relação ao motivo de não ter sido limpo, caso o terreno seja público, teria de solicitar informação aos serviços e, posteriormente, responder, ou telefonicamente ou por email.

Relativamente às tampas, desconhecia se a Junta de Freguesia de Ferrel deu alguma informação ao Município, pelo que solicitou auxílio ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, nesse sentido.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Informou que chegou um pouco depois do início da Assembleia Municipal, porque esteve na Assembleia de Freguesia de Ferrel, apesar de ter quem o substitua, mas entendeu que sendo a última Assembleia de Freguesia do mandato se impunha estar presente para proferir algumas palavras às pessoas que com ele trabalharam durante o mandato, desejar-lhes felicidades e, acima de tudo, por respeito aos eleitores, porque se denota, há muito tempo, a forma como o senhor Presidente da Câmara Municipal fugia das reuniões públicas da Câmara Municipal e, agora, fê-lo na Assembleia Municipal.

Relativamente à Quinta das Palmeiras, disse que o terreno em apreço é privado, e, mesmo não sendo incumbência da Junta de Freguesia, procederam à sua limpeza, mas, posteriormente, foram contactados pelo privado que questionou porque razão o fizeram sem a sua autorização. Explicou que o fizeram, porque achavam que o terreno era público.

Em relação às tampas, disse que, no caso da Quinta das Palmeiras, os moradores costumam facilitar o trabalho da Junta de Freguesia, porque costumam fazer chegar as informações por email, com registos fotográficos, que, prontamente, reencaminha para a Câmara Municipal, para que comunique com as operadoras, aliás, exigir que as mesmas o fizessem, e tenha uma atitude proactiva na fiscalização, no que diz respeito a este assunto, porque, face à Freguesia de Ferrel, sabem que não existe.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Considerando que se trata de uma matéria relacionada com segurança, na sua opinião, a Assembleia Municipal deve dar a devida atenção.

Disse que a questão da limpeza das zonas, sejam públicas ou privadas, deveria ser uma prioridade da Câmara Municipal, porque não é. Referiu que, há dois anos, enviou um ofício com a mesma preocupação, ligou diversas vezes para o Comandante da Proteção Civil, e até hoje a mesma zona está por limpar. Considerando o esforço que o país fez de desmatção e de limpeza dos espaços público e privados era lamentável que isto aconteça no nosso concelho, portanto, a questão colocada pelo senhor Francisco Mendes fazia todo o sentido, independente de ser privado ou público, a questão da segurança é fundamental. Acrescentou que este alerta referido hoje não é apenas relativo à limpeza, porque as questões colocadas relativamente às tampas em cimento, também, exigem uma atenção prioritária, porque, normalmente, por baixo têm sempre alguma coisa, mais concretamente pluviais, e as crianças circulam naqueles espaços abertos, pelo que, na sua opinião, esta situação exige uma intervenção imediata da Câmara Municipal, e não basta a fiscalização ir ao local, deve ser contactada a pessoa para resolver a situação.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Referiu que, daquilo que tem conhecimento desta Lei, o que ela diz é, se o privado não limpar teria de ser a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia a fazê-lo e de seguida apresentar a fatura do trabalho e da coima, nomeadamente, em situações encostadas a zonas habitacionais, que é gravíssimo, no entanto, o que tem observado é que a Câmara Municipal limpa os terrenos privados, mas desconhece se os privados pagam à Câmara Municipal o que esta limpa.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(segunda parte)

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia continuou a apreciação do ponto em epígrafe, que havia sido interrompida para dar lugar ao período de intervenção do público, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Percebia que o senhor Presidente da Câmara, depois de dois anos sem atividade Cultural na nossa terra, tenha vontade de assistir a um evento Cultura, os membros da Assembleia Municipal também teriam gostado, mas a senhora Vice-Presidente, que tem o Pelouro da Cultura, por quem tem muito respeito, naturalmente estava a presidir à reunião como lhe foi pedido, mas tinha de ser ao contrário, o senhor Presidente da Câmara tinha a obrigação de ali estar. Referiu que a primeira obrigação do Presidente da Câmara é dar resposta aos seus munícipes e às pessoas que ali estavam sentadas a em sua representação. Expressou que era um desrespeito inaceitável à democracia local, que fica como uma página na nossa terra, a ausência do Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal do seu mandato, depois de ter faltado às duas últimas reuniões de Câmara públicas, faltar à Assembleia Municipal elevava o desrespeito pela democracia a um patamar mais elevado. Deixou o seu protesto veemente, e o protesto veemente do

Partido Social Democrata, porque não era uma ausência por estar doente ou estar fora do concelho, por força maior, o senhor Presidente da Câmara estava sentado na primeira fila de um concerto e deveria estar aqui, não era aceitável.

Em relação à falta de médicos de família, ao contrário do que pudesse parecer, pelo frenesim nos últimos dias, este assunto não começou no Facebook há 15 dias, e para esclarecer melhor, não é à Câmara Municipal, não é às Juntas de Freguesia, não é às Associações, nem às Misericórdias que competia garantir que haja médicos de família, era à Administração de Saúde nas suas diferentes estruturas regionais, mas era à Câmara Municipal que cabia reivindicar, em permanência, pelo preenchimento das vagas nos Centros de Saúde, é à Câmara Municipal que cabia diligenciar junto dessas entidades para que não se chegue a uma situação desesperante como a atual, em que não há médico que passe baixas, onde se chega ao absurdo de não haver quem passe documentos para as pessoas fazerem tratamentos oncológicos, como já aconteceu. Referiu que, para não se recuar muito, bastava ler as atas da Assembleia Municipal, deste mandato, e em junho de 2019 foi celebrada a vinda de mais três médicos para Peniche e, na altura, alertaram que iriam haver médicos perto de se reformar e, nesse mesmo ano, em dezembro, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, uma proposta, do Partido Social Democrata, de recomendação à Câmara Municipal para que diligenciasse junto do ACES que garantisse a colocação de médicos de família, em que o ponto que determinava a exigência de pressão junto das entidades para: *“a colocação de Médicos de Família no concelho de Peniche, designadamente que se substituam os médicos que se reformaram recentemente e os que, tendo sido colocados, também recentemente, se tenham ido embora.”*, porque infelizmente os médicos não param por cá muito tempo, é isso que vão constatando. Os restantes pontos da recomendação referiam-se à exigência de melhores condições para os equipamentos de saúde na nossa terra. Este ano, em março, o senhor Presidente da Câmara foi alertado pelos Vereadores Partido Social Democrata para a situação que se iria agravar, de falta de médicos de família, e como habitualmente o senhor Presidente disse que estavam a querer criar alarmismo, que estavam a ser dramáticos, infelizmente, não era alarmismo, estavam a alertar como é dever dos membros da Câmara Municipal, e de alertar em tempo para uma situação que precisava ser evitada e que infelizmente não foi. Acrescentou que, na altura e nos meses seguintes, o senhor Presidente se refugiou nos concursos que estavam a correr e que o Partido Social Democrata foi dizendo que aqueles concursos não eram para colocar médicos em Peniche, e permitiu-se chegar à gravíssima situação que temos hoje de em Atouguia da Baleia não haver um único médico de família, de não haver sequer médico, segundo últimas informações, que queira lá ir passar os documentos para a semana. Lamentou uma vez mais que o senhor Presidente da Câmara tenha ignorado os alertas que a oposição lhe fez, e que só reaja ao Facebook, é um padrão do seu mandato, também só reagiu ao PDM quando no Facebook ocorreu um problema, e como disse, há dias, o senhor Vereador Filipe Sales, neste assunto teria sido positivo que o senhor Presidente da Câmara se fizesse acompanhar às reuniões, nos diferentes órgãos, pelos outros elementos da Câmara Municipal eleitos pelos outros partidos, foi sempre esse o padrão nos assuntos de saúde na nossa terra e sempre teve resultado. O Hospital esteve para fechar duas vezes e não fechou, porque houve união demonstrada por todos os partidos e porque houve a inteligência por parte do anterior Presidente da Câmara de levar consigo e unir à sua volta os seus pares na Câmara Municipal para exigir determinada decisão, portanto, era importante continuar a esclarecer as pessoas. Referiu que a solução, anunciada pela Câmara Municipal em

comunicado, está a ser estudada e esperavam que fosse possível, enquanto solução temporária, era bom, quando se anuncia alguma coisa, saber se era possível e, lamentavelmente, não houve esse cuidado, de saber primeiro se era possível, porque o senhor Presidente disse que foi para tranquilizar a população, mas a população precisa de estar tranquila sabendo que tem médico, não é sabendo que há uma hipótese que não se sabe se é viável, não, para tranquilizar a população teriam de ter cá os médicos e para isso era preciso saber se há viabilidade da solução, não poderiam andar a acenar com promessas falsas só para tranquilizar, era preciso haver razões para as pessoas estarem tranquilas e, neste momento, ainda não há. Felizmente que, a partir de 01 de outubro, iria haver uma médica, mas era preciso continuar a exigir resolver o problema de fundo, o da falta de médicos e da falta de condições básicas para se trabalhar nos Centros de Saúde, e não sabia como era em Peniche, mas em Atouguia da Baleia era gravíssimo, e o senhor Presidente da Câmara falhou nessas reivindicações, e esperava que o próximo Presidente da Câmara tivesse mais sucesso.

Não conseguia perceber a razão de o senhor Presidente da Câmara para debater com outros candidatos à Câmara Municipal, era outro retrocesso na nossa democracia. O senhor Presidente demonstrou ao longo de quatro anos que não gostava de escrutínio, e hoje ficou provado que não gostava, ele tinha a obrigação de ali estar e não estava, e a democracia funciona com escrutínio, na ditadura não havia. No seu novo programa eleitoral ou na feira de ilusões, como seria melhor designado, o senhor Presidente tinha novamente uma grande dificuldade com a verdade e apesar da ausência dele não poderia ficar por dizer, é que a verdade são os factos, não é aquilo que designamos por verdade, é preciso que seja verdade de facto, e não era por escrever muitas vezes a palavra verdade no programa que as coisas passam a ser verdade, pelo contrário, até se tornam numa mentira mais grave, e no escrutínio que fizeram ao longo deste mandato, impediram, na Assembleia Municipal, que se cometessem ilegalidades graves, como no caso dos armazéns da Prageira, sobre os quais aquele programa conta uma história que é falsa, porque oculta o essencial da razão da recusa e porque omite os valores totais que estariam envolvidos. Para além daquela recusa, o Partido Social Democrata fez coisas pela positiva, tentaram ajudar, mas foi sempre ignorado, porque é mais fácil culpar a oposição, só que em quatro anos foram aprovadas na Câmara Municipal cinco mil seiscentas e quarenta e uma propostas, foram recusadas sete, e gostaria de saber se foi por causa das sete que o senhor Presidente não conseguiu trabalhar. Lamentava ter de o dizer, mas o senhor Presidente da Câmara não conseguiu trabalhar por falta de método, por falta de organização, por falta de capacidade de trabalhar em equipa, com a sua equipa, de delegar, e pela sua obsessão constante com as eleições, e por isso agora, em desespero de causa, punha-se a fazer alcatroamentos sem método, sem preparar as estradas, obras para as quais não tem projeto nem autorização, como na rua dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, mas se não era preciso projeto e autorizações, porque razão não fez mais coisa sem as autorizações da Câmara Municipal que o impedia de trabalhar, só na última semana das eleições se lembrou de fazer coisas sem autorização, para mostrar serviço que não o de quatro anos, é um desrespeito, é uma feira de ilusões, é tentar enganar as pessoas, mas queria acreditar que as pessoas já não iriam ao engano.

Deixou uma palavra de despedida, mas sobretudo de agradecimento:

«Foi para mim uma honra enorme representar as pessoas que votaram no Partido Social Democrata nos últimos três atos eleitorais, aqui, nesta Assembleia. Ao longo de doze anos, procurei dar o melhor que sei e que posso no interesse da nossa terra, no escrutínio dos dois Presidentes de

Câmara e no trabalho para tentar melhorar o que era decidido aqui. Saio com aquilo que é mais importante para mim, que é a consciência tranquila. Creio que ajudei a mostrar que há uma alternativa ao estado de decadência em que Peniche se encontra, com uma geração bem preparada, no tempo certo para começar um tempo novo, e cabe agora às pessoas votarem nessa alternativa para que se cumpra. Em doze anos eu aprendi muitas coisas e ganhei os primeiros cabelos brancos, aprendi coisas com muitas pessoas e até com as pessoas mais improváveis, fui ao ponto, imaginem, de aprender e seguir um exemplo do senhor Presidente da Câmara. Pensei, bem, se o Presidente da Câmara pode usar, em três eleições seguidas, a mesma fotografia para parecer mais novo e ninguém diz nada, também ninguém me vai levar a mal que eu use nos cartazes uma fotografia com quatro anos, com cabelo farto e barba preta. A todos deixo uma palavra de sucesso para as vossas vidas pessoais. Muito obrigado.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a democracia no poder local, neste concelho, estava doente, nunca viu uma coisa assim no concelho de Peniche, não há debates na rádio, não há debates no jornal “A Voz do Mar”, nem debates na comunidade sobre as eleições autárquicas, numa terra da liberdade, e os senhores que são candidatos à Câmara Municipal, que cumprimentou, não tiveram oportunidade de trocar opiniões, isto era muito mau para a democracia local e a Assembleia Municipal era o órgão onde isto deveria ser denunciado, porque é o órgão político de excelência.

Disse que fazer aproveitamento político de um problema grave como o da Saúde, como o que foi usado no primeiro dia de campanha eleitoral, relativamente à solução encontrada pela Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e o Governo, através do ACES, não resolveu o problema e foi um ato meramente eleitoralista, porque, como foi dito há pouco, e bem, no início do mandato a Assembleia Municipal viu e todos disseram para se ter atenção que há médicos de família que estão numa situação iminente de passar à aposentação e que o Centro de Saúde de Atouguia da Baleia iria ficar sem médicos de família. Deu conta que neste mandato, teve algumas lutas para ter médico na Serra d'El-Rei, e uma delas deu muito trabalho, ao contrário de outros que não o fizeram. Adiantou que não bastava estalar os dedos para se encontrar médicos de família, as pessoas têm de ter determinado perfil para o exercício daquelas competências e a Assembleia Municipal não tem nenhuma garantia que vá acontecer. Acrescentou que, sobre questões de Saúde, sempre houve o entendimento, quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal, de estarem todos unidos em torno de um objetivo central, porque não há qualidade de vida num concelho se não houver saúde para todos e, neste momento, a qualidade de vida no concelho tem um problema grave, não há saúde para todos, há milhares de pessoas que não têm médico de família e soluções como a que apresentaram são soluções que o fazem lembrar o antes do 25 de Abril e não era democracia, democracia é lutar por aquela solução desde o início do mandato, era dizer à senhora Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido, que não poderiam trabalhar assim, era dizer ao Secretário de Estado da Saúde, que é do Distrito de Leiria, que teria de resolver estes problemas, porque o problema não se esgotava com a falta de médicos de família, o ACES, que uma dimensão tão grande, não resolve problema nenhum, eles são caracterizados por um grande número de utentes e depois não tem médicos nem enfermeiros em quantidade suficiente. Informou que esteve numa reunião com o Sindicato dos Médicos do Sul, na primeira sexta-feira de setembro, e o que lhe foi transmitido pelo sindicato foi que não há falta de médicos em Portugal, e o problema é, um, a distribuição dos médicos em Portugal, dois, quais são os incentivos para os médicos

ficarem em determinadas zonas, e todos sabiam que com uma boa rede viária é fácil estar em Lisboa, portanto, é preciso olhar para o problema e ver o que é necessário para atrair médicos para a nossa região, porque o problema de Atouguia da Baleia pode não estar resolvido com a chegada de uma médica, é necessário ter equipas na Área de Medicina, sejam médico, sejam enfermeiros, e esta teria de ser uma luta persistente e não foi. Concluiu dizendo que a questão da Saúde deveria ser tratada com respeito, desde logo, pelos utentes, e tem de ser tratada para garantir a segurança de todos, porque somos um destino turístico, mas não há destinos turísticos que resistam sem médicos de família de saúde e foi por isso que se lutou pelo nosso Hospital, e a Coligação Democrática Unitária não concordava com a solução encontrada, querem uma solução garantida, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

Perguntou quando seriam convocados os Presidente da Junta de Freguesia para a primeira reunião de discussão do plano rodoviário do concelho, nomeadamente, o plano de pavimentações deste mandato.

Questionou para quando seria a primeira reunião do Pelouro das Freguesias.

Gostaria de saber quando seria a reunião da Comissão Municipal de Trânsito que não reuniu.

Ângelo Marques (PS):

Disse que, no passado, houve sempre uma solidariedade entre forças políticas, com assento na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, relativamente à temática da Saúde, fosse numa altura em que o Governo que estava à frente dos destinos do país fosse liderado pelo PSD em coligação com o CDS, fosse o Governo liderado pelo PS, souberam estar presente e colocar os interesses do concelho de Peniche acima de qualquer interesse partidário, e da parte do Partido Socialista seria sempre assim.

Ainda sobre a questão do Sistema Nacional de Saúde, lembrou que foi o senhor António Arnaut, militante do Partido Socialista, há 42 anos atrás, que criou o SNS. Ainda sobre esta matéria, disse que um Presidente de Câmara que se prese não lamenta a falta de médicos de família, atua e faz parte da solução para que hajam médicos de família, e esta questão já deveria ter sido resolvida há muito tempo. Referiu que era candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Peniche e, obviamente, estava disponível para participar num debate com todos os candidatos a Presidente da Câmara Municipal de Peniche organizado por um órgão de Comunicação Social, mas deixou bem claro que se estava a candidatar a Presidente da Câmara Municipal de Peniche e nesse debate tem de estar o atual Presidente da Câmara, a democracia é isto.

Célia Martins (PSD):

Disse que se sentia forçada a partilhar o que sentia enquanto membro da Assembleia Municipal, um cargo que exerce há dois mandatos pela Bancada do Partido Social Democrata, e se lhe pedissem para resumir, numa palavra, a evolução nos dois últimos mandatos, seria retrocesso. Um retrocesso que ganhou muito espaço, infelizmente, nos últimos quatro anos e que, do seu ponto de vista, condiciona o exercício de cidadania que ali assumiram, na forma de estar e na forma de fazer política. Este exercício de cidadania que deve ser realizada à base do conhecimento, dos direitos, deveres, em diálogo, no respeito pelos outros, num espírito democrático, pluralista e crítico, e têm de estar conscientes que aqueles princípios nem sempre são ou foram respeitados, e esta sessão já foi rico em péssimos exemplos., e quando esta forma de estar

e fazer política não seguem estes princípios, os trabalhos a cargo dos Órgão Municipais, também eles ficam condicionados. Deu alguns exemplos da evolução, cingindo-se à Assembleia Municipal, obviamente, associado com a responsabilidade da Câmara Municipal, nomeadamente, a redução do papel das Comissões Municipais, que são muitas vezes constituídas por membros da Assembleia Municipal e de outras entidades interessadas, e lembrou que estas Comissões Municipais têm uma natureza consultiva, de informação, de análise, de cooperação, com vista ao acompanhamento de estratégias e de intervenção em diversas áreas do município. Não foi, infelizmente, apesar dos diversos apelos feitos, feita nenhuma Assembleia Municipal temática para discutir temas estruturantes, nomeadamente, a questão do processo de revisão do PDM. Lamentou a extinção de um projeto que para si foi exemplar *“dar voz aos jovens – o poder local e o dever da cidadania”*, que surgiu no âmbito do reconhecimento da importância de envolver os jovens estudantes na vida do município e aproximá-los do centro da decisão política a nível local e, também, lamentou a extinção da descentralização das sessões da Assembleia Municipal das freguesias rurais. Quando assistimos a esta forma de estar na política e à redução do papel dos órgãos municipais aos mínimos, está a condicionar-se e até a travar o desenvolvimento do território e da vida das pessoas, por isso, gostaria que, no pós-eleições, agora na qualidade de munícipe, porque não é candidata a este Órgão Municipal, mas esperava que o poder local, nomeadamente os Órgãos Municipais, tenham a capacidade de recuperar o caminho feito, ou seja, fazer avanços, avanços para incentivar o interesse pelo conhecimento, para uma maior transparência e maior comunicação das políticas autárquicas, incentivar uma maior proximidade da gestão autárquica aos cidadãos, dar espaço para o debate de ideias com respeito pelas diferenças, e não fugir desse debate, como temos assistido recentemente, dar espaço para cooperação para enriquecer as propostas apresentadas sempre numa ótica de serviço público e reduzir as quezílias, e ter capacidade de unir e mobilizar para resolver problemas dos nossos municípios, centrados nas causas públicas, e temos, mais uma vez, o exemplo do Centro de Saúde de Atouguia da Baleia, e como já foi dito, no passado houve realmente uma união entre as forças políticas, e o que assistiram hoje foi uma inércia completa de quem está a dirigir o executivo. Disse que a sua intervenção tinha um intuito de reflexão, não acusatório. Realçou, em forma de despedida, que estava grata por esta passagem na Assembleia Municipal, porque houve espaço para aprendizagens, para convívios sãos e amizade.

Perguntou, há data de hoje, qual o ponto de situação do processo de revisão do PDM, e qual o ponto de situação da instalação do Centro de Recolha Oficial Animal.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Deixou um reconhecimento a todos os que ali trabalharam este mandato, à mesa, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque quando foi solicitado pela Junta de Freguesia de Ferrel e, também, pela Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei na questão da transferência de competências, mas também em outros momentos esteve disponível para exercer a sua função e, na altura, foi muito útil para a resolução dos problemas e, o mesmo para os senhores Vereadores sem Pelouros. Reverteu a sua posição de há pouco, quando entendeu não classificar o facto de o senhor Presidente não estar presente, mas depois de se comprovar o motivo pela sua ausência, disse que era uma vergonha enorme por todos os que ali estavam, por este concelho, pelos eleitores, pela população, não se fazia, e não sabe se será legal.

Relativamente às questões da Saúde, referiu que concordava com algumas das considerações tecidas, em relação ao papel que as Juntas de Freguesia têm. Indicou que Ferrel tinha um brilhante médico, que faz um excelente trabalho à população, muito competente, muito atento, pelo que gostaria de deixar um reconhecimento ao senhor Dr. Daniel Leitão. Adiantou que quando a Junta de Freguesia de Ferrel é informada de que o médico vai sair, não vão a correr para o ACES, vão recorrentemente, disponibilizam-se para apoiar o ACES naquilo que é preciso e estão muito atentos ao médico para saber as suas necessidades. Referiu que fizeram mais do que uma requalificação no Posto Médico e muitos outros investimentos foram feitos à volta das necessidades do médico para que ele se sinta em casa, depois existem concelhos vizinhos, dando como exemplo o Bombarral, que está disponível para dar habitação e alimentação aos médicos de família, e era isto que o Presidente da Câmara deveria ter feito desde o início do mandato, não era ir agora a correr, em campanha eleitoral, para o ACES Oeste Norte e a fazer comunicados, que é outra situação, infelizmente, recorrente, mas mais uma vez lamentável.

Disse que tinha muito respeito pela senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, e também pelo Vereador Mark Ministro, que sempre o trataram com respeito e com a prontidão possível, pelo que não tem qualquer questão a referir, neste quadro autárquico só falhou quem menos deveria ter falhado, o Presidente da Câmara. Deixou um alerta, a marcha pelo PDM estava quase a fazer um ano, não se conhecem alterações, não foi feita uma reunião com os peticionários, a Assembleia Municipal também não reuniu com peticionários, não há desenvolvimentos, que se conheçam, e o prazo, segundo o parecer da senhora Dra. Fernanda Paula Oliveira, seria outubro de 2021 e, na sua opinião, esta situação não mostrava respeito pela próxima Câmara Municipal, que terá forçosamente uma composição diferente, que não terá o assunto tratado.

Informou que endereçou os processos às entidades e aguarda confirmações para entregar a outras entidades, porque o que estão a assistir no Pinhal Municipal era uma situação grave. No seu entendimento, a Câmara Municipal deveria solicitar ao Serviço de Topografia que fizesse um trabalho escrupuloso da zona que foi abatida, porque, de acordo com a informação disponível, a zona que foi abatida corresponde a 19 hectares do Lote 17. Os lotes que foram licitados na hasta pública são, o Lote 6 e o Lote 18, e a informação não está clara. Referiu que não poderia afirmar que foi premeditado, mas é uma situação que se deve investigar, porque não está clara e tem de haver alguém responsável por aquilo. Alertou durante todo o mandato a questão do Pinhal, nunca teve resposta. Sobre esta questão, a resposta que teve do senhor Presidente foi que o Plano estava a ser cumprido, no entanto, o plano não está a ser cumprido, o Lote 18, que foi licitado para corte final, não tinha previsto para o ano 2021 o corte final, o lote 6, tinha previsto o corte no plano, que nunca tinha visto e que não concorda nada com ele, mas iria ser muito visível da estrada e assim não se iria arrecadar aquele valor financeiro para colmatar os desvaneios da má gestão do Presidente da Câmara, e esta situação deveria ser vista.

Por outro lado, referiu que, no mesmo Pinhal, está a nascer uma nova lixeira, contranatura, que desconhecia, e como nada acontecia por acaso viu o camião da Câmara Municipal despejar entulho e viu também a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia ir despejar sobrantes ao Pinhal.

Disse que aquilo que se passou na Rua 13 de Infância acontecia por todo o lado, são obras eleitorais uma atrás das outras, sem nexos, sem programa, sem método, que são

o espelho deste mandato, como aquela que está a acontecer na curva em Ferrel e que está a ser feita de forma criteriosa para levar polémica e que está efetivamente a difamar os funcionários, porque ao ritmo que aquela obra está a ser feita deixa malfalado quem está a executá-la.

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que:

Em relação aos médicos de família, a informação que dispunha é que o senhor Presidente da Câmara, conjuntamente com a sua Adjunta, por várias vezes e ao longo dos quatro anos, falaram e deslocaram-se ao ACES para falar com a senhora Dra. Ana Pisco, com o senhor Presidente da ARSLVT e, quer por telefone, por zoom ou pessoalmente, diversas vezes o fizeram. Disse, ainda, que, ultimamente, a pressão junto daqueles serviços foi maior, mas, na sua opinião, o importante seria encontrar uma solução. Acredita que a solução estava minimamente encontrada, minimamente porque não é a que querem, uma vez que só têm garantido um médico e querem mais. Pessoalmente esperava que efetivamente acontecesse através da parceria que a Santa Casa da Misericórdia de Atouguia da Baleia poderia fazer com o Projeto Batas Brancas, a quem agradeceu. Houve sempre uma grande disponibilidade por parte da senhora Dra. Ana Pisco para tentar encontrar uma solução, que agradeceu.

Ficou satisfeita por saber que os senhores Deputados do Partido Social Democrata já terem lido o programa eleitoral do senhor Presidente da Câmara e que possam, de alguma forma, tirar elações e que seja, efetivamente uma democracia e consigam todos expor e debater ideias.

Respondendo ao senhor Deputado Ademar Marques, disse que existem muitas formas de fazer parar uma Câmara Municipal, não aprovando determinados pontos.

Em relação ao alcatroamento, disse que, inicialmente, o pensamento do senhor Presidente era contratar por empreitada uma série de alcatroamentos, que não foi possível, daí ter decidido equipar todo o setor com máquinas e assim permitir maior rapidez no alcatroamento.

Sobre a Rua 13 de Infância, esclareceu que tinham todos os pareceres favoráveis das entidades. Disse que as obras que estão a decorrer são visíveis do que foi feito ao longo de quatro anos, que levaram o concelho a bom porto, com infraestruturas que todos ansiavam.

Relativamente ao PDM, em julho de 2021 foi entregue aos senhores Vereadores uma nova proposta de Regulamento com diversas alterações.

Quanto ao CROA, foi presente em reunião de Câmara a situação da APAP, mas no seguimento de uma solicitação feita pelos senhores Vereadores, que está em curso, estão a ser contactados todos os elementos da Associação para saber se alguns deles estaria disponível para ficar com a mesma. Referiu que a Associação se encontrava extinta e o local do CROA seria no local onde está o edifício inacabado da APAP. Informou que foi apresentada uma nova candidatura que é cumulativa com a outra que já está aprovada, que permita que o CROA tenha uma verba disponível. A candidatura foi submetida, tem um valor de duzentos mil euros e aguardam a sua aprovação.

Em relação ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, agradeceu e referiu que também foi uma honra trabalhar com ele.

Sobre o Pinhal Municipal, estavam a cumprir com o Plano de Gestão Municipal, até porque tinha acabado de questionar o Coordenador Municipal da Proteção Civil e foi

a indicação dada, contudo, foi solicitado que verificassem se tudo estava a ser cumprido de acordo com o Plano de Gestão Municipal do Pinhal.

Ademar Marques (PSD):

Referiu que foi dito pela senhora Vice-Presidente da Câmara que a pressão foi feita ao longo do tempo para que houvesse a garantia de médicos de família, se foi feita, manifestamente, não deu resultado, mas não foi isso que o senhor Presidente da Câmara foi transmitindo nas reuniões, foi dizendo sempre que os concursos estavam a ser feitos, e mesmo quando era alertado que não era assim, ele dizia que estavam a querer perturbar um assunto muito grave e, de facto, o assunto era grave, tinham razão para estar preocupados, como se vê. Foi dito pela senhora Vice-Presidente da Câmara uma coisa que não poderia aceitar que dissesse, que foi “*A Santa Casa poderá fazer*”, a Santa Casa não sabe ainda se pode fazer e, naturalmente, estava presente na Assembleia Municipal enquanto Deputado Municipal, mas não deixava de ser Vice Provedor da Santa Casa da Misericórdia, e já deu conta da sua insatisfação ao senhor Presidente da Câmara pela forma como foi referido no comunicado a referência à Santa Casa da Misericórdia, que não tinha conhecimento dos termos, aliás, continua a não ter, da disponibilidade para haver um acordo. Havia uma solicitação de uma reunião, feita meia hora antes de ser emitido o comunicado, e fazer depender da Santa Casa da Misericórdia uma coisa que não tem conhecimento parecia-lhe altamente abusivo. Acrescentou que a Santa Casa da Misericórdia iria fazer o possível para fazer parte da solução, mas têm de ver se é possível.

Foi dito pela senhora Vice-Presidente da Câmara que a leitura do programa era bom para a democracia, mas a democracia impõe verdade, e o que lá está não é verdade, e pressupõe debate, e o debate não existe. Quando a senhora Vice-Presidente diz que há formas de fazer parar a Câmara, ele disse que a primeira foi a incapacidade de a gerir, e foi isso que aconteceu, a Câmara parou por impossibilidade do senhor Presidente de gerir, depois, culpar a oposição é a forma de tentar escapar à realidade.

Adiantou que o Partido Social Democrata sempre reivindicou alcatroamentos, mas o senhor Presidente da Câmara quis fazê-los no fim, contra aquilo que escreveu no seu Programa Eleitoral que não iria fazer alcatroamento eleitoral, mas está à vista de todos, e a rapidez das obras é estranha, na última semana, que é precisamente o contrário que se passou ao longo de quatro anos, em que os assuntos não avançavam.

Relativamente ao assunto da APAP, de facto, não foi ainda decidido, mas não foi por falta de vontade, foi porque a APAP se recusou nove vezes a dar as explicações solicitadas pelos senhores Vereadores, e é legítimo que as peçam, porque quando foi para pedir os trinta mil euros para fazer o canil os senhores Vereadores pediram explicações, elas foram dadas e houve um compromisso, a partir do momento em que aquela Associação decidiu extinguir-se, devolver o dinheiro e o terreno, teriam de explicar porquê, e porque razão a APAP falha ao pedido para ir à reunião, é incompreensível, como é incompreensível que a pessoa que é Presidente da APAP seja o Presidente da Câmara. Por outro lado, dúvida que a Associação esteja formalmente extinta, porque ainda tem um terreno e dinheiro, e o Presidente da Associação e os seus colegas de direção têm a obrigação de prestar contas, como também tinha a obrigação de estar na Assembleia Municipal a prestar contas e não estava.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que existiam muitas formas de parar a Câmara, no entanto teve

oportunidade de ir ver a quantidade de aprovações feitas pelos vereadores da Coligação Democrática Unitária e foram seis as votações contra, em cinco mil e seiscentas, portanto, se foi referido para os partidos da oposição não lhe parecia bem, se estava a dirigir-se aos trabalhadores da Câmara nas suas diferentes divisões que o dissesse, porque não poderia haver nenhuma insinuação relativamente aos vereadores, aliás, eles poderiam usar da palavra, porque lhes estão a ser imputados responsabilidades por aquilo que a Câmara Municipal não fez. Relembrou que, em novembro do ano passado, enviou para aprovação na Câmara Municipal o projeto da ciclovía na Rua Luís de Camões, e perderam os documentos, em maio contactou a Câmara Municipal para questionar onde ele estava e porque razão não estava aprovado e até à data não está.

Referiu que o Mercado da Serra d'El-Rei esteve dezassete meses para ser aprovado. Em relação ao que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara de que não reunia com a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, porque não se dá bem com o Presidente é inaceitável, um Presidente da Câmara tinha que respeitar a outra pessoa que tem razão absoluta, o Presidente não tem, e isto é uma falta de democracia no concelho e acusava a Câmara Municipal de não respeitar o voto popular, porque ele é para respeitar, quando interessava e quando não interessava. Deixou uma palavra de apreço a todos os Vereadores que sempre os respeitaram. Em democracia, não era por acaso que as existiam Instituições, elas existem para funcionar de forma autónoma, e no poder local existem três, as Regiões, os Municípios e as Freguesias, ele próprio é hoje um representante das freguesias portuguesas.

Ademar Marques (PSD):

Foi referido pela senhora Vice-Presidente da Câmara que tinham os pareceres todos, não era aceitável dizê-lo na sessão da Assembleia Municipal sem antes os ter levado à reunião de Câmara.

Tal como foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, a democracia tem regras e elas têm de ser cumpridas, e o que estava a acontecer na Assembleia Municipal e o que estava a ser dito pela senhora Vice-Presidente da Câmara, e lamentava ter o dizer, era a prova provada do desrespeito pelas instituições democráticas e pelas pessoas que foram eleitas democraticamente para decidir em Peniche.

Em relação ao que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, sobre as declarações do senhor Presidente da Câmara, de não se dar bem com os Presidente de Junta e por isso não poderia ter o Pelouro, na sua opinião, era vergonhoso, e gostava que as pessoas tivessem consciência do desrespeito pela democracia, pelos eleitores e por tudo aquilo que estão a representar.

Marina Rocha (CDU):

Disse que, sobre a Saúde, não se iria pronunciar, até porque foi uma questão que levantou na última Assembleia Municipal, em junho, relativamente ao estado em que se encontra o Centro de Saúde de Atouguia da Baleia, onde alertou que o mesmo estava à beira de encerrar.

Alertou que, para além do Centro de Saúde de Atouguia da Baleia, a Coligação Democrática Unitária manifestava uma grande preocupação para o estado em que se encontra o Centro de Saúde de Peniche, pelo número de médicos e pela idade de cada um, porque todos têm a legitimidade de terminar a sua carreira.

Ponderou se iria intervir ou não sobre este assunto, até porque iria castigar a senhora Vice-Presidente da Câmara que já muito foi castigada, percebia-se, e era muito mais confortável o senhor Presidente da Câmara estar a assistir a um espetáculo, a meio da campanha eleitoral, aproveita e faz campanha, uma pessoa que dizia que isto era politiquice despejou na senhora Vice-Presidente da Câmara, mas enquanto mulher estava solidária, lamentava que estivesse a levar estes recados, provavelmente sem culpa, no entanto, teria que colocar uma questão. No início da sessão da Assembleia Municipal percebeu que uma deliberação tomada pela Assembleia Municipal não foi colocada em prática, neste sentido, também houve uma deliberação da Assembleia Municipal relativamente à atribuição de um subsídio de insalubridade e risco aos trabalhadores da Câmara Municipal, mas que teve conhecimento de que o mesmo não foi ainda pago. Perguntou quando seria pago e se iria ser pago.

Tiago Gonçalves (PS):

Disse que esta seria a ultima intervenção que fazia, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, uma vez que no próximo mandato não integrará a lista do Partido Socialista a esta Assembleia Municipal. Desejou os maiores sucessos a todos os candidatos, em particular aos do Partido Socialista, desejou igualmente que o ato eleitoral seja uma festa rica democrática, em que os cidadãos do concelho ganhem com as eleições, porque significará que poderão tirar esperança para a concretização dos seus anseios. Esperava também que o ato eleitoral contribuísse para decidir o destino político das populações, mas também a normalizar um pouco o ambiente político local. Após uma passagem de três mandatos, 2005-2012, e em parte do atual, sentia que este mandato teve demasiada confrontação e azedume e quem perdeu foi a população do concelho.

Relativamente à discussão sobre os médicos de família, até porque trabalha na área, disse que teriam de ser sérios nesta discussão, porque não poderiam falar de formação médica e de contratação de médicos sem refletir naquilo que aconteceu nos últimos anos ao nível das opções públicas, e quando fala de anos, falava de dez anos, porque como todos sabiam a formação académica de um médico e formação pós-graduada para obtenção de uma especialidade é um processo altamente moroso e complexo. Voltando a Peniche, era importante esclarecer que no concurso da primeira época 2021, foram abertas duas vagas na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Peniche do ACES Oeste Norte, para ocupação por médicos de medicina geral e familiar, que não foram ocupadas, também no concurso da primeira época de 2020 foi aberta uma vaga na mesma unidade, logo, se as vagas são abertas, quando são ocupadas, como já foi referido, um ano depois os médicos acabam por sair para outros locais, pelo que deveria fazer uma reflexão um pouco mais profunda. Referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel disse quase tudo, e não poderia estar mais de acordo, era preciso acarinha os médicos que aqui aceitam ocupar um posto de trabalho, não bastava ter um IP6 e uma hora a caminho de Lisboa, e quando se fala de qualidade de vida, fala de condições que permitam justamente um jovem altamente diferenciado instalar-se e constituir família no concelho, falava de cultura, de educação, de uma economia local que tenha oferta de trabalho, falava de respostas que se aplicavam a todos os cidadãos de Peniche.

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que, logo que percebeu que o subsídio não tinha sido pago, tratou de todas as diligências necessárias para que procedessem ao pagamento e esperava que no processamento de salários deste mês a situação ficasse resolvida com a retroatividade a janeiro.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Aproveitou o momento para se despedir da política efetiva, pois como se sabia não fazia parte das listas para os próximos quatro anos. Disse que estava na política ativa desde o 25 de Abril que lhe deu a liberdade, porque estava detido no 25 de Abril com os efeitos do 16 de março, do qual fez parte, portanto, agradeceu a todos tudo aquilo que fizeram nos anos em trabalharam em conjunto, agradeceu à Mesa que consigo, durante quatro anos conduziu os trabalhos e agradeceu em especial à equipa da Câmara Municipal para a Assembleia Municipal, à Marina e ao Paulo, que mais colaboraram com a Assembleia Municipal nestas atividades.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Perguntou qual era o grau de execução do orçamento deste ano.

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que era de 40%.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PENICHE, POR ADAPTAÇÃO DOS PLANOS ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PEOT) - PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE SÃO DOMINGOS (POASD):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Célia Martins (PSD):

Disse que iria fazer uma intervenção generalizada deste ponto e do seguinte.

Como disse, e bem, a senhora Vice-Presidente da Câmara, trata-se de um procedimento de alteração ao PDM, por adaptação que está prevista no regime jurídico, nos instrumentos de gestão territorial e que decorre da Lei de Bases de 2014, e por isso,

na sua opinião, pecava por tardio, até pela natureza como foi feita a transposição, e di-lo com base nos pareceres.

Referiu que, de facto, aquela transposição foi elaborada a partir de 2015, vários documentos de apoio para a transposição daquelas normas que são vinculativas dos particulares que integram os planos especiais para o PDM, e que foi da competência da CCDR com o apoio de entidades mais interessadas consoante o tipo de plano e a área territorial. Indicou que aquele documento de apoio deveria ser sempre entendido como um exercício estrito e que deveria ser sempre complementado com uma avaliação das dinâmicas e ser então entendido como ponto de partida para outros diagnósticos e, sobretudo, definir uma estratégia para a gestão das áreas, e isto foi dito no parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, que se cingiu realmente à transposição que foi definida em 2015, e não foi apresentado um documento de apoio que fundamentasse as propostas.

Disse, ainda, que o grande desafio da transposição era, de facto, a questão relativa à gestão daquelas áreas, nomeadamente, como garantir a eficácia dos mecanismos de execução dos planos, na prática, como serão realizadas as ações de gestão e de fiscalização, em articulação com outras entidades e autoridades, como é que a Câmara Municipal iria assegurar a sustentabilidade económica e financeira das ações. Acrescentou que se temos tantas limitações, tantos constrangimentos quando falam de gestão urbanística em áreas edificadas, teriam de ter noção que estariam a reunir mais normas, e a Câmara Municipal e os serviços têm de ter um reforço da capacidade de resposta para a gestão destes territórios que, por sua natureza, são muito sensíveis. Expressou que os diagnósticos estão feitos, pelo menos estão identificados em ambas as áreas, no caso da área de intervenção do Plano da Albufeira de São Domingos, sobretudo, como iriam encontrar uma resposta para apoiar a concretização da deslocalização do Centro de Canoagem, vão identificar e reunir proprietários dos terrenos envolventes para discutir os problemas da gestão dos caminhos, da limpeza das margens, da poluição, mas como se faz isso, como criar valor àquele território que está parado no tempo e que tem sido negligenciado ao longo dos anos. No caso das Berlengas, também, como realmente criar um sistema de gestão ambiental, como assegurar a fiscalização, nomeadamente na capacidade que foi agora imposta, em termos de visitação, e isso envolve, mais uma vez, a mobilização, reunir várias entidades, atores, agentes locais, económicos, os operadores turísticos e, mais uma vez, teria de haver um reforço da capacidade, estes são desafios que a próxima Câmara Municipal terá e isso tem de se ter em conta, mais do que transposição legal das normas.

Deliberação n.º 32/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção do senhor Deputado Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista (1), o seguinte:

1) Aprovar, por declaração, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 121.º do RJIGT, a proposta final de alteração do Plano Diretor Municipal, por adaptação ao Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos, que constitui o anexo à presente proposta e dela faz parte integrante;

2) Transmitir a referida declaração, acompanhada da presente proposta e do respetivo anexo, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e à Assembleia Municipal de Peniche, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT;

3) Remeter a declaração para publicação e depósito, acompanhada da proposta final de alteração do Plano Diretor Municipal, por adaptação ao Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT. (Doc. 19)

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PENICHE, POR ADAPTAÇÃO DOS PLANOS ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PEOT) - PLANO DE ORDENAMENTO DA RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS (PORN B):

Tendo a apreciação do terceiro ponto da ordem do dia sido feita como atrás referido, a Assembleia Municipal passou à sua votação.

Deliberação n.º 33/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção do senhor Deputado Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, eleito pela Partido Socialista (1), o seguinte:

1) Aprovar, por declaração, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 121.º do RJIGT, a proposta final de alteração do Plano Diretor Municipal, por Adaptação ao Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas, que constitui o anexo à presente proposta e dela faz parte integrante;

2) Transmitir a referida declaração, acompanhada da presente proposta e do respetivo anexo, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e à Assembleia Municipal de Peniche, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT;

3) Remeter a declaração para publicação e depósito, acompanhada da proposta final de alteração do Plano Diretor Municipal, por adaptação ao Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT. (Doc. 20)

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2021:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quatro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 34/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do

Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e duas abstenções (2) abstenção, dos senhores Deputados Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, eleito pela Partido Socialista (1) e David Pedrosa Antunes, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2021. (Doc. 21)

5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2021:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que leu a informação, mas não tem a perceção do número real de trabalhadores da Câmara Municipal.

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que não dispunha da informação, no momento, mas que a faria chegar a todos os membros da Assembleia Municipal.

Deliberação n.º 35/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma (1) abstenção, do Deputado Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, eleito pela Partido Socialista (1), aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2021. (Doc. 22)

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DA SERRA D' EL-REI PARA CEDÊNCIA DE UMA MÁQUINA RETROESCAVADORA – NEW HOLLAND LB 110:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 36/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da

competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma (1) abstenção, do Deputado Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, eleito pela Partido Socialista (1), aprovar a atribuição de apoio à freguesia da Serra d'El-Rei para cedência da máquina retroescavadora – New Holland LB 110 matrícula 29-LB-29. (Doc. 23)

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ATOUGUA DA BALEIA, PARA CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM E INSTALAÇÕES DE APOIO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que iria votar a favor as propostas, que a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei não apresentou nenhuma proposta, porque têm uma questão de princípio, este tipo de propostas deve ser apresentado aquando da discussão do orçamento e, se ganhar as eleições assim o faria.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Evidenciou a parcialidade completa com que o senhor Presidente da Câmara tratou uma Junta e outras. Disse que a Junta de Freguesia de Ferrel, na proposta de Grandes Opções do Plano, feita em 2017 para todo o mandato, tinham algumas propostas, entre elas a intervenção no edifício da Junta de Freguesia, nunca houve essa disponibilidade, houve da parte dos técnicos da Câmara Municipal do Setor da Cultura uma opinião de que apenas faltava Ferrel, porque já se fizeram equipamento culturais nas outras freguesias, feitas pela Câmara Municipal. Deu conta que, em março de 2020, reuniu com o senhor Presidente da Câmara e com o Presidente da Associação Recreativa Cultural e Desportiva de Ferrel para poderem dar início ao procedimento da legalização dos terrenos da associação e da permuta que tem de acontecer com a Junta de Freguesia, e estava em causa, também, o futuro do estaleiro da Freguesia de Ferrel, e para o processo ser presente em reunião de Câmara foi preciso mais de um ano, para além de outros projetos, este foi sendo atrasado. Referiu que o senhor Presidente da Câmara sabia que a Junta de Freguesia estava a tratar do estaleiro com a associação, podia ter-se disponibilizado, da mesma forma que fez com a Freguesia de Peniche, que pessoalmente não votou, mas votaria a favor, porque tem por princípio votar a favor os apoios às freguesias, mas acha que deve haver igualdade, porque poderiam ter pensado num investimento diferente, poderiam ter pensado num investimento de outro estaleiro e em outro local, e estavam no momento certo para o fazerem, uma vez que estavam a tratar de uma questão patrimonial com aquela associação, e para a Freguesia de Ferrel não sequer hipótese, no entanto, tiveram que avançar com a obra e, neste ponto, agradeceu aos Vereadores da oposição, porque se não fossem eles passava mais um apoio e não teria

sido garantido o apoio para outras freguesias, nomeadamente as duas que estão a votação, e a Serra d'El-Rei que terá, naturalmente, a sua oportunidade.

Deliberação n.º 37/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma (1) abstenção, do Deputado Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, eleito pela Partido Socialista (1), aprovar a atribuição de apoio financeiro à freguesia de Atouguia da Baleia, no valor de 17.713,36 euros, para comparticipação de 50% do valor da despesa com a construção de um armazém e instalações de apoio. (Doc. 24)

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE FERREL, PARA REQUALIFICAÇÃO DO ESTALEIRO:

Tendo a apreciação do oitavo ponto da ordem do dia sido feita como atrás referido, a Assembleia Municipal passou à sua votação.

Deliberação n.º 38/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (4) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma (1) abstenção, do Deputado Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, eleito pela Partido Socialista (1), aprovar a atribuição de apoio financeiro à freguesia de Atouguia da Baleia, no valor de 13.252,35 euros, para comparticipação de 50% do valor da despesa com a requalificação do estaleiro. (Doc. 25)

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PROCESSO DE DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA (PDA) - FREGUESIAS DE FERREL E DE ATOUGUIA DA BALEIA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Deu conta que foi criada uma equipa de trabalho para tratar do processo de delimitação administrativa entre ambas as freguesias. Referiu que o processo foi previamente analisado entre as Juntas de Freguesia de Atouguia da Baleia e de Ferrel que chegaram a um princípio de entendimento, respeitando muito aquilo que eram os caminhos e os cursos de água, houve apenas uma necessidade de ajuste em alguns terrenos que iriam ficar cortados a meio e, portanto, fez-se a delimitação pela extrema das propriedades. Informou que na reunião que tiveram concordaram com a proposta, os executivos das Juntas de Freguesia aprovaram, as respetivas Assembleias de Freguesia

também, foi aprovado na Câmara Municipal, e é presente à Assembleia Municipal para validar o processo, no sentido de ser remetido para despacho e retificação.

Célia Martins (PSD):

Perguntou se estavam a aprovar, apenas, o entendimento, ou se já foi feito o relatório que acompanha estes procedimentos.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Deu conta que esteve presente na reunião com os senhores Presidente de Junta, com as Assembleias de Freguesia das duas freguesias e com o senhor Vereador Mark Ministro, e todo o processo foi para consulta, não tendo havido impedimento nenhum, no entanto, a aprovação teria de ser feita na Assembleia Municipal para passar pela Assembleia da Republica.

Célia Martins (PSD):

Disse que não colocava em questão, apenas chamou à atenção, porque neste tipo de procedimento de alteração administrativa aquilo que é submetido à Assembleia da Republica, que fixa os limites administrativos, é acompanhado de um relatório que é validado pela Direção Geral do Território, e como já participou num procedimento idêntico, em outra autarquia, e foi apresentado à Assembleia Municipal um relatório, pelo que, talvez fosse importante averiguar se aquilo que se está a aprovar era suficiente e se tem voz suficiente para conseguir e dar seguimento ao procedimento o mais rapidamente possível, porque, de facto, há questão cartográficas que tinham de ser asseguradas.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Agradeceu a chamada de atenção da senhora Deputada Célia Martins, mas o que estava neste momento a acontecer era precisamente a última deliberação para se juntar às fichas de meta dados e de todas as plantas que serão produzidas pela Geografa da Câmara Municipal, Dra. Raquel Coelho, posteriormente teria que haver no Serviço de Finanças, onde começaram a reunir com o técnico da Direção Geral do Território, e é ele próprio que irá elaborar o relatório e fazê-lo prosseguir.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que este tipo de assunto nunca seria discutido na Assembleia da Republica antes do próximo ano, normalmente estes assuntos são discutidos no mês de junho e são aprovados todos de uma vez, porque têm de ter relatórios e pareceres. Relativamente aos pareceres, aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel disse dá resposta às questões colocadas pela senhora Deputada Célia Martins.

Deliberação n.º 39/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (3), aprovar a retificação da delimitação administrativa - Freguesia de Ferrel e Freguesia de Atouguia

da Baleia, nos termos da ata da reunião realizada para o efeito, com todos os representantes, no dia 13 de julho de 2021. (Doc. 26)

10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE HONRA DO MUNICÍPIO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que, à semelhança de outros municípios, teria sido importante fazer a entrega da Medalha de Honra do Município aos profissionais de Saúde do nosso Hospital e do Centro de Saúde, que estiveram, muitos deles, envolvidos na luta contra a pandemia, como também na vacinação da população que ainda continua.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, naturalmente, a votação era secreta, mas não poderia deixar de saudar esta proposta de atribuição da Medalha de Honra ao Comendador Rogério Cação e, também, ao Professor Nuno Bello, pelo serviço que ao longo da vida tem prestado à nossa terra. Ficou sem perceber porque razão não houve atribuição no Dia do Município, porque teria sido possível e teria sido digno que tivesse acontecido, com a marcação de uma Assembleia Municipal para o efeito, mas teria sido, em especial, uma homenagem ao Rogério Cação.

Em relação ao Grupo Desportivo Atouguiense, sabia que o assunto tinha sido discutido na Câmara Municipal, naturalmente, toda a gente está de acordo com a atribuição de uma medalha no Centenário do GDA que ocorrerá no próximo ano, portanto, haveria tempo para, no próximo mandato, ser aprovado, até porque a proposta diz que só seria atribuído naquela ocasião.

Deliberação n.º 40/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por escrutínio secreto, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Galardões Honoríficos, e ao abrigo do capítulo III, artigo 14.º, do Regulamento para Atribuição de Galardões Honoríficos, com vinte e um (21) votos SIM e um (1) voto NÃO, atribuir a Medalha de Honra a:

Rogério Manuel Dias Cação:

Nasceu em Peniche a 14 de fevereiro de 1956. Frequentou a Escola Primária n.º 1 em Peniche e seguidamente a Escola Industrial e Comercial de Peniche. Licenciou-se em Pedagogia e Antropologia pela Escola Superior de Educação de Lisboa.

Foi professor e Presidente da Direção da Escola D. Luís de Ataíde em Peniche. Dedicou-se à Educação Especial, tendo sido diretor e Presidente da Direção da CERCIPeniche durante muitos anos.

Rogério Cação era à data da sua morte, no passado dia 06 do corrente, Presidente da Confecoop – Confederação Cooperativa Portuguesa, sendo seu representante na Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência.

Foi Presidente e era neste momento Vice-Presidente da Fenacerci – Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social, membro do Conselho Económico e Social e Vice-Presidente da Confederação Portuguesa de Economia Social.

Foi igualmente Presidente da ADEPE – Associação de Desenvolvimento de Peniche e Presidente da Direção e atualmente da Mesa da Assembleia Geral da Acompanha – cooperativa de solidariedade social.

Escreveu vários livros e foi membro do Conselho Nacional de Educação. Professor da Universidade Sénior de Peniche e responsável pelo seu grupo de teatro.

Foi membro fundador e dele fez parte, até à sua morte, do grupo de música popular portuguesa Cantar d'Amigos que muito contribuiu para a dinamização da cultura penichense.

Durante anos foi responsável pela edição e apresentação do programa Apontamentos à Margem na Rádio 102FM, no ar todos os domingos.

Dedicou grande parte da sua vida ao trabalho desenvolvido nestas organizações de trabalho social na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, na defesa dos excluídos da sociedade.

Em 2010, pelo reconhecimento do trabalho que desenvolveu no âmbito social, foi-lhe atribuída a comenda da Ordem de Mérito pelo ex. - Presidente da República Aníbal Cavaco Silva.

Foi vereador da Câmara Municipal de Peniche de (1986-1990), membro da Assembleia Municipal de (2002 a 2017), tendo sido seu Presidente (2006 a 2013) e novamente vereador da Câmara Municipal desde outubro de 2017 até à data da sua morte, sempre em representação da APU – Aliança Povo Unido e da CDU – Coligação Democrática Unitária.

Pessoa de valores desde a sua juventude, na defesa da liberdade, da democracia e da justiça social, a sua morte deixa o Concelho de Peniche mais pobre, nos domínios social, cultural, político e do relacionamento humano, tendo sido decretado com a unanimidade de todos os membros da Câmara Municipal, três dias de luto municipal.

A Câmara Municipal tem o dever de reconhecer, testemunhar e louvar, formal e publicamente todo o trabalho desenvolvido por Rogério Manuel Dias Cação.

Assim, de acordo com o estabelecido no Regulamento para a atribuição de galardões honoríficos, nos seus artigos 2.º, 3.º e 14.º, propõe-se a atribuição da Medalha de Honra do Município a Rogério Manuel Dias Cação, a título póstumo, entregue em cerimónia solene, de acordo com o artigo 9.º do referido Regulamento.

Ademar Marques (PSD):

Disse que os votos são secretos, mas a pessoas que votou “não”, tinha a certeza que não iria dormir bem esta noite.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que a Bancada do Partido Socialista lamentou esta situação, principalmente por uma pessoa que já nem estava presente, era lamentável.

Mariana Rocha (CDU):

Disse que concordava que o voto era secreto, mas este resultado contraria o início da sessão da Assembleia Municipal, quando foi feito o voto de pesar e todas as declarações feitas, era lamentável.

Deliberação n.º 41/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por escrutínio secreto, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Galardões Honoríficos, e ao abrigo do capítulo III, artigo 14.º, do Regulamento para Atribuição de Galardões Honoríficos, com vinte (20) votos SIM e dois (2) votos BRANCOS, atribuir a Medalha de Honra a:

Grupo Desportivo Atouguiense:

O Grupo Desportivo Atouguiense nasce a 15 de maio de 1922, em Atouguia da Baleia, sendo o Largo de Nossa Senhora da Conceição, na época em terra batida, o local utilizado como campo de jogo e onde também se realizava a feira anual de São Leonardo a 6 de novembro.

Durante os primeiros 50 anos foram muitos os jogadores que fizeram parte das diversas equipas tendo alguns deles feito parte dos planteis de equipas de nomeada tanto a nível regional como nacional.

O atual parque de jogos foi adquirido por Agostinho Faustino nos princípios dos anos 70 e pago pela Casa do Povo de Atouguia da Baleia, da qual foi fundador.

No final dessa década, em 25 de julho de 1977, o GDA filiou-se na Associação de Futebol de Leiria disputando as diversas provas que, chegando a militar no Campeonato Nacional da 3ª Divisão nas épocas de 1982/83, 1983/84 e 1989/90.

No final dos anos 80 começa a participação dos escalões mais jovens nos campeonatos distritais, participação essa que tem vindo a acentuar-se, culminando com a escola de futebol que hoje existe como grande força do atual GDA.

Para além dos resultados desportivos alcançados deve também realçar-se a ascensão de diversos atletas a campeonatos mais competitivos fazendo parte de outros clubes para onde se transferiram. No futebol para além da equipa de séniores e veteranos existem diversos escalões na área da formação que, recentemente, mereceu da parte da Federação Portuguesa de Futebol a atribuição do certificado de equipa formadora de 2 estrelas.

Para além do futebol, ao longo dos anos no GDA praticaram-se outras modalidades, nomeadamente Ginástica, Canoagem, Atletismo e Voleibol.

Para assinalar a celebração do seu centésimo aniversário, de acordo com o estabelecido no Regulamento para a atribuição de galardões honoríficos, nos seus artigos 2.º, 3.º e 14.º, propõe-se a atribuição da Medalha de Honra do Município ao Grupo Desportivo Atouguiense e que, de acordo com o artigo 9.º do referido Regulamento, deve ser entregue em cerimónia solene, propondo-se que ocorra na data da comemoração desta efeméride a 15 de maio de 2022.

Deliberação n.º 42/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por escrutínio secreto, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Galardões Honoríficos, e ao abrigo do capítulo III, artigo 14.º, do Regulamento para Atribuição de Galardões Honoríficos, com vinte e um (21) votos SIM e um (1) voto NÃO, atribuir a Medalha de Honra a:

João Nuno Bellegarde Bello Conceição:

Nasceu em Peniche, a 13 de março de 1942, onde realizou o seu ensino primário; entre 1953 e 1960 foi aluno do Colégio Militar e, posteriormente, foi aluno do INEF (Instituto Nacional de Educação Física) entre 1960 e 1964, tendo-se licenciado em Educação Física em 1966.

Cumpriu o Serviço Militar em Vila Franca de Xira de 1965 a 1968, na Reserva Naval.

Em 1968, regressa à sua terra natal.

De 1968 a 2002, lecionou a disciplina de Educação Física na Escola Industrial e Comercial de Peniche.

De 1968 a 1973, destaca-se na organização dos Festivais de Ginástica de encerramento do ano escolar, realizados no Jardim do Baluarte (campo dos cavalos), atual campo de ténis. Numa das edições, foram convidados o Externato de Penafirme e o Externato Atlântico de Peniche, concretizando um Festival memorável para a época, com cerca de 200 alunos participantes.

Foi professor na Associação Educação Física Cultural e Recreativa Penichense, entre 1968 e 1974, com classes de ginástica para crianças a partir dos 4 anos de idade, bem como homens e senhoras, organizando no final de cada época um Sarau de Ginástica com a participação de todos os ginastas inscritos na secção.

Na Associação Educação Física Cultural e Recreativa Penichense, organizou diversos torneios locais de Voleibol e Basquetebol, proporcionando assim à população o primeiro contacto com essas modalidades.

Iniciou a prática da modalidade de Badminton na Associação Educação Física Cultural e Recreativa Penichense no ano de 1969, passando a modalidade para o Clube Stella Maris de Peniche em 1980. Encabeçou a secção de Badminton em ambos os clubes como treinador, liderando-a até 1990.

A nível pessoal, sagrou-se Campeão Nacional de Badminton de 3as categorias em 1973. Organizou em Peniche diversos Torneios Abertos e etapas de Campeonatos Nacionais. Em 1983 e 1984, organizaram-se os 18.º e 19.º Campeonatos Internacionais de Portugal. A RTP efetuou a reportagem dos 18.ºs Campeonatos, podendo ser vista no site RTP Arquivo (até à data os referidos Campeonatos nunca tinham saído de Lisboa).

A prática do badminton proporcionou promover em Peniche um elevado nível em número de atletas, campeões nacionais, em todos os escalões etários, femininos e masculinos, não seniores e seniores. Diversos atletas, devido às suas qualidades ao nível desportivo e competitivo, integraram por diversas ocasiões a Seleção Nacional de Badminton, participando em diversos Campeonatos Europeus. Peniche foi considerada nessa altura, a maior escola de badminton em Portugal. Em 2004 o Prof. Nuno Bello foi reconhecido como Sócio de Mérito com Distinção pela Federação Portuguesa de Badminton.

Em 21 de abril de 1974, organizou o 1.º Convívio Ciclista de Peniche com participantes de todas as idades, julgando-se inclusivamente tratar-se do 1.º Convívio Ciclista organizado em Portugal. A RTP deslocou-se a Peniche para efetuar a reportagem (sendo possível visualizá-la no site RTP Arquivo).

Organizou também uma prova de Estafeta Ciclista por equipas, entre Caldas da Rainha e Peniche, na qual participaram mais de 10 equipas de 10 participantes cada, oriundos de Peniche e de concelhos limítrofes.

Organização dos Jogos Juvenis de Peniche em 1980 e 1981, com o apoio total da Câmara Municipal de Peniche. Estes Jogos tiveram a participação de dezenas de jovens entre os 10 anos e os 18 anos, praticando e competindo em diversas modalidades desportivas.

No âmbito dos Primeiros Jogos Juvenis, surgiu a Primeira Corrida das Fogueiras, com a sua primeira edição em 1980. Foi mentor, organizador e coordenador das 6

primeiras edições da Corrida das Fogueiras. Esta corrida pertence ao restrito lote das provas de atletismo mais antigas organizadas em Portugal, ininterruptamente desde 1980 até 2019.

Em 1984 organizou o 1.º Triatlo de Peniche, sendo a primeira prova de Triatlo realizada em Portugal. Para os atletas desta difícil modalidade desportiva, a prova realizada em Peniche desde 1984, é possuidora de uma mística única.

O Professor Nuno foi e é, para muitos dos seus alunos, um Amigo e uma referência como Homem e companheiro, reforçada pelo facto de, durante décadas e atravessando várias gerações, ter construindo relações, proximidade e reconhecimento que perduram até aos dias de hoje.

Pelo que de marcante fez pela nossa terra, por este concelho e pelo país, bem como pelo significado que tem enquanto homem, professor e um praticante “muito à frente” dos tempos em que vivíamos, considerando o seu percurso de vida e o que representa a sua capacidade de liderança, de organização e de dedicação à sua e nossa terra, pela importância que tudo isto representou para a nossa comunidade, de acordo com o estabelecido no Regulamento para a atribuição de galardões honoríficos, nos seus artigos 2.º, 3.º e 14.º, propõe-se a atribuição da Medalha de Honra do Município a João Nuno Bellegarde Bello Conceição, entregue em cerimónia solene no dia do Município, de acordo com o artigo 9.º do referido Regulamento. (Doc. 27)

Ademar Marques (PSD):

Disse que o senhor Rogério Cação era o Presidente da Assembleia Municipal no primeiro mandato em que esteve, aprendeu muito com a forma como ele conduzia os trabalhos que era, muitas vezes, difícil naquele mandato, depois conheceu-o bastante melhor, ao longo dos últimos quatro anos, e uma coisa que sabia é que ele respeitaria até a pessoa que votou contra ele, portanto, a melhor homenagem que lhe poderiam fazer era lembrarem-se dos que votaram a favor, porque ele, certamente, perdoaria o que lhe fizeram, que não foi nada justo e que envergonha sobretudo a pessoa que o fez.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que concordava com tudo o que foi dito, na sua opinião, a pessoa que votou contra a atribuição da medalha ao senhor Rogério Cação tinha todo o direito de o fazer, não tinha era o direito de se levantar quando foi feito um minuto de homenagem, e certamente que se o senhor Rogério Cação estivesse ali aceitaria a diferença de sentido de voto, mas não ficava bem. Concluiu dizendo que na política não poderia valer tudo.

Ângelo Marques (PS):

Disse que na sua primeira intervenção foi muito pragmático e iria voltar a sê-lo. Perderam um homem bom, de reconhecidos méritos, quer acreditar que houve um engano na votação, nada justificava uma votação deste tipo.

Vasco Cativo (GCEPP):

Disse que tinha a mesma opinião que o senhor Deputado Ângelo Marques. O senhor Rogério Cação foi um amigo, colega de profissão durante treze anos, na Cercipeniche iniciaram vários projetos juntos, era uma pessoa de afetos, e só poderá ter sido um engano na votação, que não deveria ter ocorrido.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Desejou a todos os candidatos bons resultados e solicitou que não se esquecessem de votar no dia 26 de setembro, para que, passados vinte e oito anos se vinque bem a democracia.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que não desejava felicidades eleitorais a todos, porque não o poderia fazer, mas desejou os pessoais e as profissionais. Referiu que era justo deixar uma palavra aos trabalhadores do Município que, com os Deputados, continuam nas sessões.

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu a cortesia dos funcionários municipais que colaboram com a Assembleia Municipal, e neste mandato foram absolutamente exemplares.

Henrique Estrelinha (PS):

Agradeceu a todos os Deputados Municipais ali presentes, e esperava estar no novo mandato a partir de outubro na Assembleia Municipal. Agradeceu aos funcionários e referiu que houve sempre um espírito de ajuda, de disponibilidade para que tudo corresse bem.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 43/2021: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de setembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de setembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)